

Fast Track para Doha

Raquel Cavalcanti

“Se os rumos da política externa do país estivessem em suas mãos: - Empresário, o que você faria?” Essa foi uma das questões levantadas na tese de doutorado de um aluno do Graduate Institute of International Studies (HEI) de Genebra, Suíça. O estudo, que visa identificar a influência da política externa no empresariado brasileiro, chegou até mim sob forma de questionário objetivo, o que, digamos assim, tornou-se de mais difícil resposta. Em ordem de prioridade e, posteriormente, classificada como “muito importante” numa gradação que ia desta a “nada importante”, segue aquela que encabeçou a minha lista: “Sucesso da Rodada de Doha”.

As divergências vão fluir, mas, para minha opinião considere uma característica reconhecida desde os primórdios no mundo dos negócios. Trata-se de flexibilidade. Ou seja, se a execução não acontece conforme planejado e o desejável nem sempre (ou na maioria das vezes) é o mais viável, o que faz o bom empresário? Busca novas alternativas, paliativas, porém exequíveis. A persistência não deve, assim, restringir-se a idéias, mas envolver soluções e resultados.

No caso de Doha, primeiro porque entre o duvidoso funcionamento do Mercosul e a quase momentaneamente extinta Alca (infelizmente), é, entre todas as medidas, a que está, ainda que não tanto quanto gostaríamos, mais próxima de se concretizar. Além do que, existe uma questão *sin ne qua non* na escolha de prioridades: sintonia de interesses...quem falou que não é importante? O atual governo, desde o início a coloca como prioridade e deposita todas as fichas em seu sucesso.

É necessário, ainda, aproveitar o momento. Em 2007, expira o chamado “Fast Track” norte-americano, legislação por decreto que facilita e agiliza a tomada de decisões comerciais pelo presidente. Com a maioria do senado democrata, é pouco provável uma renovação de bom grado. Vale a pena, no entanto, torcer para que o acordo, iniciado em 2001, não seja sobreposto por política partidária.

A “Rodada do Desenvolvimento” sempre apresentou um caráter ousado. Mais do que livre comércio, suscitou delicados temas, como propriedade intelectual, direitos humanos e meio ambiente. Não que seja fácil conciliar opiniões, nem mesmo dentro de um só governo, a exemplo das vertentes desenvolvimentista X monetarista, que se contrapuseram, incansavelmente, durante os últimos quatro anos no Brasil.

Mais complicado, portanto, seria alinhar em média 30 nações diferentes e toda a UE. Países em diferentes graus de desenvolvimento econômico, onde “em comum” só existem divergências. Está será a grande oportunidade do comércio multilateral, o apogeu da OMC (Organização Mundial do Comércio), a chance e a hora da diplomacia ir além da demagogia e gerar resultados.

Disponível em: <<http://www.mundori.com>>. Acesso em 6 fev. 2007